

Cidania privada e cidadania pública - Diálogos com Tomás Moro, Erasmo e Agustina

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: No fenómeno geral da cidadania, podemos distinguir uma *cidania pública* e uma *cidania privada*. A primeira é a mais corrente e visível, como é evidente, pela sua própria natureza. Mas uma *cidania privada* fundamenta a *cidania pública*, baseando-se na civilidade, mas transcendendo-a. É um reduto de dignidade pessoal, elemento essencial a qualquer Estado de Direito. Este artigo procura densificar sobretudo a dimensão privada em articulação com a pública, a partir da memória de Moro e Erasmo, e dos desafios contemporâneos de Agustina Bessa Luís.

Palavras Chave: Cidadania, Civismo, Civilidade, Público & Privado, Moro, Erasmo, Agustina.

Abstract: In the general phenomenon of citizenship, we can distinguish a public citizenship and a private citizenship. The first is, of course, by its own nature, the most common and visible. But a private citizenship also exists, and it supports the public citizenship: based on civility, but going further. It is a stronghold of personal dignity, and an essential element of any Rule of Law. This article seeks above all to densify the private dimension of citizenship, in conjunction with the public one, by the memory of Thomas Morus and Erasmus' works, and facing the contemporary challenges of the Portuguese writer Agustina Bessa Luis.

Keywords: Citizenship, Civility, Public & Private, Live, Thomas Morus, Erasmus, Agustina Bessa Luís.

"A cidadania é manifestamente uma questão política, mas no entanto surgem da sua prática dois problemas de carácter geral demonstrativos de ((que)) uma apreciação apenas da sua dimensão jurídica é insuficiente para ela ser devidamente compreendida. O problema de quem pode exercer a cidadania e em que termos não é apenas uma questão do âmbito legal da cidadania e da natureza formal dos direitos que ela implica. É também uma questão de capacidades não-políticas dos cidadãos derivadas dos recursos sociais que eles dominam e a que têm acesso." J. M. Barbalet²

I. Tese, Objeto e Método

Creemos que se pode discernir, no fenómeno geral da cidadania, uma *cidania pública* (a mais corrente e visível, na ágora) e uma *cidania privada* (que fundamenta a primeira, que se esteia na civilidade, mas que a transcende, sendo um reduto de dignidade pessoal, elemento essencial a qualquer Estado de Direito).

Para abordar convenientemente uma temática tão banalizada e tornada desinteressante em termos culturais como infelizmente vai sendo já a da cidadania, vítima que tem sido da retórica plastificadora e burocratizante de profissionais rotineiros das grandes palavras, e embrulhada no assético contexto do politicamente correto, afigura-se-nos muito necessário não seguir os caminhos habituais, e ir buscar pistas inspiradoras de algum modo para alguns certamente inusitadas. Para isso, o manancial literário (*lato sensu*) e dos clássicos (antigos e modernos) é sempre um tesouro inestimável. É pois o que faremos neste texto: procurar inspiração em dois autores clássicos do Renascimento, e numa autora já clássica e nossa contemporânea. Resultará assim um trabalho de *Law & Literature*, direito & literatura, e não uma especulação de pura teoria política, teoria do estado, ciência política ou afins. Não se

¹ Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. lusofilias@gmail.com.

² BARBALET, J. M. — *Citizenship*, trad. port. de M. F. Gonçalves de Azevedo, *Cidadania*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 11.

pretende, como é óbvio, fazer qualquer uso *pro domo* de qualquer dos autores, mas apenas aproveitar a sua inspiração para, ao comentá-los, ir modelando as nossas próprias perspetivas.

Recordando Rabelais, citado e comentado numa passagem do *Dicionário Crítico* de António José Saraiva, "je ne parle selon Aristote ou Platon, mais selon moi"³.

II. Por Obras de Moro e Erasmo

Há como que figuras bifrontes na História da Cultura. Personagens que parecem, pelo menos, ser complementares. Boécio e Cassiodoro, por exemplo⁴. Mas há mais... É o caso de Moro e Erasmo.

Todos mais ou menos se recordarão do autor que criou a palavra e a obra "Utopia"⁵, explicitando pormenorizadamente o mito da cidade ideal (como diria Muccielli⁶) e dando nome ao respetivo subgénero literário, que vinha já, pelo menos, como é sabido, desde a *Politeia* de Platão. Também não poucos se recordarão que o seu amigo Erasmo de Roterdão escreve um *Elogio da Loucura* (*Μωρίας Εγκώμιον*)⁷, que é também um elogio de Tomás Moro, o sábio e prudente Morus. Mas certamente não muitos serão os que saberão Erasmo autor de uma obra que fala em comer bem à mesa e em geral do bom comportamento infantil, a *Civilidade Pueril*⁸.

Tomás Moro é uma figura trágica, e a sua tragédia acentua-se pelo facto de ter sido fiel a uma ética de convicções (no caso, muito ligada à sua fé católica) e ao mesmo tempo ter tido que desempenhar cargos públicos, como juiz e chanceler de Inglaterra. Um dia o conflito chegou a um beco sem saída. E Tomás Moro ficou sem cabeça, não por que a tivesse perdido, mas pelo facto de já não poder mais conciliar. Um certo silêncio fora o máximo permitido pela sua consciência⁹.

Também Erasmo no *Elogio da Loucura* é muito crítico para com as instituições, e até os seus simples servidores (como os juristas)¹⁰. Talvez a *Civilidade Pueril* seja resultado de um seu outro lado: duma sua sensibilidade à razão de Estado, e à compreensão de que um Estado sólido e são só se constrói com um mínimo denominador comum de boas maneiras, de civilidade, mesmo quiçá antes de uma *minimia moralia* (recordando Adorno¹¹).

A Utopia de Moro é uma construção a um tempo (primeira parte) crítica do *statu quo*, e propulsora de uma ordem social (embora também microsocial - as utopias são detalhistas - sobretudo macrossocial).

³ SARAIVA, António José — *Dicionário Crítico*, nova edição, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 37.

⁴ Sobre ambos os autores, o nosso livro *Filosofia Política. Da Antiguidade ao Século XXI*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2010, p. 104 ss..

⁵ MORUS, Tomás — *Utopia*, Edição crítica, tradução e notas de comentário por Aires A. Nascimento, com um Estudo introd. por José V. de Pina Martins, e com ed. Fac-similada da ed. de Ioannes Froben, Basileia, Novembro de 1518, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

⁶ MUCCHIELLI, Roger — *Le Mythe de la cité idéale*, Brionne, Gérard Monfort, 1960, reimp. Paris, P.U.F., 1980.

⁷ ERASMO — *Elogio da Loucura*, ed. port. com trad., prefácio e notas de Maria Isabel Gonçalves Tomás, Mem Martins, Europa-América, 1973.

⁸ ERASMO — *A Civilidade Pueril*, trad. port., Lisboa, Estampa, 1978.

⁹ Cf. o nosso *Filosofia Política*, cit., p. 165 ss..

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 182 ss..

¹¹ ADORNO, Th. W. — *Minima Moralia. Reflexionen aus dem beschaedigten Leben*, Berlim / Francoforte, Suhrkamp, ed. 2001 (1.ª ed. 1951).

Se retomássemos a dicotomia de Manheim¹², dir-se-ia que a utopia (no sentido manheimeano) se encontra no livro homónimo de Moro, e a ideologia se encontra na *Civilidade Pueril*, de Erasmo.

As sociedades mais rígidas, mas autoritárias, ou ao menos mais equilibradas num *modus vivendi* geral, tendem a preocupar-se com a civilidade, ou seja, com as boas maneiras, a educação do mínimo polimento social, e não tanto da ilustração ou da cultura... Também, certamente o lado mais formal(ista) e estadualista de Erasmo.

Já as sociedades mais abertas, e certamente em especial aquelas que há pouco se libertaram de algum jugo mais opressivo ao nível macrossocial, acabam por ter uma crença ingénua, inata e inconsciente na bondade natural do Homem, e na sua capacidade natural de bem viver em sociedade. Mas não deixa de ser interessante que, sendo a utopia uma construção precavida, racional, ela também se preocupe muito com as regras de convivência e com a educação em geral. Porém, nas utopias o estadualismo é um traço muito recorrente. E daí a civilidade ser sempre pública.

Dir-se-ia então que a *civilidade pública* é afinal o civismo e a *civilidade privada* são as boas maneiras, as normas de trato social, uma certa e mínima moral social, que passa pelos cuidados com a natureza (desde logo alguma bondade para com os animais ou a preservação da floresta), a devida separação de categorias de lixo, e bom comportamento como automobilista...

No plano da educação teríamos uma Educação Política e para os Direitos Humanos, no plano público, e uma Educação para a Cidadania ou Educação Social, no plano privado. Mas a questão é mais complexa, como veremos. Apartando já educação moral, religiosa, etc.

III. Problemas da Democracia e da Cidadania Hodiernas

Os estudos que temos feito sobre sociologia do quotidiano (no fundo, as *Mitologias*, de Roland Barthes¹³), em confronto com os ideais das virtudes e valores republicanos¹⁴, levam-nos a considerar as causas da decadência profunda em que se encontram, na Europa, as democracias outrora designadas como "ocidentais".

Tal decadência que já nos permitirá certamente mesmo apelidá-las de crepusculares, deve-se obviamente a vários fatores, em que avulta o argentarismo ganancioso e a economia de casino, que de maneira tão oportuna e feliz tem sido denunciada pelo Papa Francisco¹⁵. Mas não se poderá esquecer que na base de todo o comportamento ativo e passivo (ou resignado) está a educação ou falta dela. E a educação é algo de multidimensional, desde logo cometimento estadual, social, familiar e pessoal.

A falta de discernimento do cidadão sobretudo rebaixado em votante (quando o seja) e consumidor (e também consumidor enquanto votante: e mal esclarecido) deve-se a culpa na formação da sua personalidade (dir-se-ia, *mutatis mutandis*)? Ou da

¹² MANHEIM, Karl — *Ideologie und Utopie*, Bonn, 1930, trad. port., *Ideologia e Utopia*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

¹³ BARTHES, Roland — *Mythologies*, Paris, Seuil, 1957, ed. port., *Mitologias*, trad. José Augusto Seabra, Lisboa, Edições 70, 1978. Barthes referia-se à "sociologia da vida quotidiana" para as análises que reuniu nas *Mitologias*. Cf. CALVET, Louis-Jean — *Roland Barthes*, trad. de Maria Ângela Villela da Costa, *Roland Barthes. Uma Biografia*, São Paulo, Siciliano, 1993, p. 136.

¹⁴ Cf. o nosso livro *Para uma Ética Republicana. Virtude(s) e Valor(es) da Republica*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010.

¹⁵ Cf. a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* e os nossos estudos "Da Doutrina Social do Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*", in *International Studies on Law and Education*, vol. 18 (2014); A 'Evangelii Gaudium' no contexto da doutrina social da Igreja. Uma Leitura Juspolítica, "Humanística e Teologia", vol. 35, 2014, pp. 289-296.

família, que está abraços com a sobrevivência e deixou de ter tempo para educar? Só se muito levemente. As maiores culpas são do Estado e da sociedade em geral, e o calcanhar de Aquiles é, de facto, a educação.

E na Educação avulta a necessidade de fornecer a todos as bases de uma mínima convivência de trato cordial. Leiamos em *Raízes do Brasil*¹⁶ a passagem que mais tarde daria título à pequena e bela antologia de Buarque de Holanda *O Homem Cordial*¹⁷. O ideal mínimo de formação social seria o do Homem Cordial.

O ideal máximo seria o do bom, culto e interventivo cidadão. Tanto quanto os horários de trabalho infernais e o trânsito não mesmo diabólico (que lança a confusão, que é a confusão) o permitirem. E o permitirem as dificuldades gerais de sobrevivência. Com efeito, educação e economia são pilares essenciais e condição imprescindível da cidadania. Voltemos a Barbalet, grande especialista na matéria, que sublinha a importância, para a cidadania, dos direitos sociais:

"Na ausência dos recursos educacionais e económicos requeridos para exercer os direitos civis ou legais e políticos, a cidadania fica vazia para todos os objetivos práticos. Os direitos sociais, como direitos aos serviços sociais e à educação, dão possibilidade aos cidadãos de de tomarem parte na comunidade nacional a que o seu *status* lhes dá direito"¹⁸.

Não estando nós em maré social e política de grandes tratados de civilidade, e talvez não sendo ainda o tempo para nos atrevermos a grandes sínteses e normatividades nessa clave, vai-se sentindo cada vez mais a falta da cidadania pública e a falta de cidadania privada.

No plano público, é a ausência tão notória da chamada ética pública, ou ética republicana, que se faz sentir. O grande contrário da cidadania pública é a corrupção pública. De há muito que há quem chame a atenção para alguns sinais:

"O empregado com pequeno ordenado, que vive com luxo, se não herdou, furtou. Os cargos do Estado, em mãos de probidade, dão proveito, e honra: em mãos de corrupção, dão proveito sem honra. A probidade do empregado público não pode viver, nem com o luxo, nem com a miséria. Os escritores assalariados, de ordinário, são como as rameiras; prostituem-se a quem lhes paga. Se a honra de representar a nação pela deputação fosse estéril de empregos, e distinções, haveria menos quem a ambicionasse. Aos déspotas nunca faltam mandarins, que sejam vis executores dos seus decretos. Qualquer grumete se reputa habilitado a dirigir o leme da nau do Estado; por isso, ela, muitas vezes, sofre avarias. Um governo sábio deve criar homens para empregos e não empregos para homens. Há honras sem honra, assim como há honra sem honras."¹⁹

¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de — *Raízes do Brasil*, 4.^a ed. (1.^a portuguesa), Lisboa, Gradiva, 2000.

¹⁷ Idem — *O Homem Cordial*, seleção de Lília Moritz Schwarcz e André Botelho, São Paulo, Penguin Classics & Companhia das Letras, 2012, p. 44 ss..

¹⁸ BARBALET, J. M. — *Cidadania*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 109.

¹⁹ CARVALHO, António Alberto Moraes — *Aphorismos e Pensamentos Moraes, Religiosos, Politicos e Philosophicos*, Lisboa, 1850 (agrupámos as máximas e não as numerámos). *Apud* <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/carvalhoam.htm> (consultado a 1 de janeiro de 2015).

Já no plano privado, além do imenso rol de desatenções, de grosserias, de atropelos, de invidias, que todos os dias resultam em rixas até mortais, nota-se na base de tudo uma deficiente formação vivencial. Os preconceitos que inculcam nas crianças e nos jovens ideias sangrentas de competitividade, e competitividade sem regras nem limites, que estigmatizam como *losers* os que não atingem o topo espezinhandos todos os reais ou potenciais adversários, enfim, uma cosmovisão devota do deus Mamom, tudo isso perverte profundamente a formação dos futuros cidadãos. É que a cidadania, embora possa ser entendida como interesse utilitário próprio bem entendido, é, em grande medida, um altruísmo. E por isso é que, incapazes de compreender a distância mental do interesse à abnegação, tantos e tantas pura e simplesmente atuam apenas sob o mandamento do "venha a nós...", sem qualquer reciprocidade.

Entretanto, talvez seja mesmo melhor ler em conjunto o *Elogio*, a *Utopia* e a *Civilidade*. Os primeiros suavizarão no último a pseudo-omnisciência e o síndrome da normatividade de dedo em riste, o didactismo. E este lembrará aos outros que é preciso, de qualquer forma, educar mesmo as crianças. Não haverá nunca cidadania sem prévio civismo.

Mas mudemos agora de focalização. Um objeto deste tipo ganha em ser visto a diversas luzes. É num livro que aparentemente nada teria a ver com utopia ou com civilidade pueril que nos inspiraremos de seguida.

IV. Agustina, escritora da Cidade

Agustina Bessa Luís é uma escritora da cidade do Porto. Embora não aí nascida, esse é o seu bastião, aí lançou raízes. Não quer dizer que seja só desse burgo austero e granítico que se sente berço etimológico da Pátria: É que parece partir sempre do micro- para o macro-. Sempre da Cidade para o Mundo.

E na verdade, só se entende bem um macro- se se pertence e compreende perfeitamente um micro-. Sem a terra-mãe, a pátria pequenina, não se alcança nenhum grande espaço público. Nem mesmo o nacional.

Sem uma vera cidadania privada, que começa como civilidade, não há cidadania pública sã. Pode haver fenómenos coletivos de militância, mas nunca nos esqueçamos de que um cidadão é um ser autónomo e pensante particular que vai contribuir com a sua individualidade solidária (não meramente gregária) para a coisa pública (*res publica*). Por isso nos pareceu útil indagar da cidadania no pensamento de uma cidadã com renome mas ciosa da sua individualidade e privacidade. E seu pensamento dá-se conta dessas articulações.

É Agustina uma sábia. Pode-se concordar ou discordar das suas opiniões, que são por vezes muito próprias, mas a nosso ver é difícil, de boa fé, recusar-lhe esse estatuto de telúrica e feminina sacerdotisa da mais profunda sabedoria. Pelo menos de uma das suas versões possíveis. Dir-se-ia que, como por exemplo para um Fernando Pessoa, a vida interior é o mais importante, sendo o que escreve (e contudo ela escreve com método, e publica muito, o que não aconteceria, como se sabe, com o autor da *Mensagem*) apenas um dos muitos frutos do seu pensamento. Frutos visíveis, uns, arcanos outros.

Debalde se procurará catalogar a autora de forma unilateral, determiná-la pelos vetores do meio ou pela influência destes e daqueles. Acompanhamos Pierre Clastres numa pelo menos atenuação da importância destes fatores, pelo menos em casos de um génio individual muito marcado, como é o de Agustina. Afirma o malgrado antropólogo francês:

"É sumamente equívoca esta obstinação erudita que pretende reduzir um pensamento àquilo que em seu redor se proclama, tal como é sumamente obscurantista a vontade de destruir a autonomia do pensamento pelo triste recurso às influências."²⁰

V. Manual de Cidadania Implícita: o *Caderno de Significados* de Agustina Bessa-Luís

Escavando um pouco notas inéditas, ou que surgiram esparsamente, recolheu-se um "caderno" graças à seleção, organização e fixação de texto de Alberto Luís (marido a escritora) e Lourença Baldaque (neta da escritora). O título, que nos parece conseguidíssimo, é *Caderno de Significados*²¹.

É disso, afinal, antes de mais, que muito precisamos em política, temo-lo dito. É de um vocabulário que nos desvele o sentido das coisas. E pelo menos faça alguma higiene no vocabulário, a começar pelo político, que cada vez mais serve para ocultar o pensamento e as intenções, como diria Talleyrand. Recordemos, aliás, e desde logo, os *Analectos* de Confúcio, e o que diz sobre a necessidade de retificar a linguagem²².

VI. Cidadania Privada: Da Família

Comecemos pelo privado. Mas logo o imbricaremos com a dimensão pública... Um tanto inigmática é esta aparente apologia de uma família que já não existe, mas que merece uma ponderação:

"Na família, tal como era constituída, havia a coragem de mandar, a coragem de obedecer, a força para agir e a confiança para esperar. Presentemente tudo isto está suspenso pela angústia de estar perdido. Há mais de cem anos que as coisas se passam assim. A consciência da eternidade que caracteriza a moral necessária para fazer de uma união um casamento, aparece na Sibila e noutros livros meus."²³

O remate, porém, parece um pouco mais moderno, e dá-nos talvez esperança de alguma paridade, embora a expressão "fazia" nos remeta de novo para o passado: "(...) A família é ainda um hábito indolente, mas sem o estremecimento da consciência que fazia de um homem e de uma mulher uma terna aliança de liberdade comum perante a vida"²⁴.

VII. Sair do Privado: Do Ritual e da Festa

Numa rememoração do São João do Porto, que tradicionalmente se diz ser festa popular, em cotejo com o que nela ocorre nos tempos mais recentes, opina Agustina, quer parecer-nos que muito ao contrário da *vox populi*:

²⁰ CLASTRES, Pierre — *Ensaio Anexo a La Boétie, Discours de la servitude volontaire*, trad. port. e prefácio de Manuel João Gomes, *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, 2.ª ed. refundida, Lisboa, Antígona, 1997, p. 84.

²¹ BESSA-LUÍS, Agustina — *Caderno de Significados*, seleção, organização e fixação de texto de Alberto Luís e Lourença Baldaque, Lisboa, Guimarães, 2003.

²² CONFUCIUS — *Entretiens de...*, trad. do chinês de Anne Cheng, Seuil, 1981, p. 102 (XIII, 3). Comentando, LEYS, Simon (dossier coordenado por Minh Tran Huy) — *De -551 à Aujourd'hui. Confucius les voies de la sagesse*, in "Le Magazine Littéraire", novembro de 2009, n.º 491, p. 66. CHENG, Anne — *Histoire de la Pensée Chinoise*, Paris, Seuil, 1997, pp. 82 ss..

²³ BESSA-LUÍS, Agustina — *Caderno de Significados*, p. 18.

²⁴ *Ibidem*, p. 18.

"Penso que o São João foi sempre uma festa de elites e não uma festa popular. Até a célebre boa educação S. Joanina, exclusiva da noite de São João, explica bem o facto de se tratar de uma convivência de classes em geral separadas nos costumes e nas maneiras, nos gostos e nas ideias."²⁵.

E depois compara com as festas de São João em Florença. O que parece interessante é como se infirma a voz corrente que considera o São João como festa de todos os estratos sociais, em comunhão e com civismo. Nesse sentido, uma festa cívica sem os ademanos retóricos que costumam ter as festas cívicas oficiais²⁶. Mas para a autora assim não seria: tratar-se-ia mesmo de uma festa "facto de cavalheiro"²⁷: como quem diz *fait du souverain*?

VIII. Público e Privado na Estratificação: Das Classes Sociais

A propósito de dizer que "o São João vai perdendo sentido" (qual seria mesmo a sua função social? integradora dos populares numa festa com algumas liberdades mas controladas, e bem educadas?), faz a escritora algumas considerações sociológicas, sobre as classes sociais: "O povo não é o que era; não precisa de purga para as fantasias. O burguês também não é o que era; não tem quase vida privada, nem exemplos a partilhar."²⁸.

Que a sociedade de consumo oferece ao povo hoje mil e uma formas de alienação, possibilidade de sonhar (ainda que pobremente) e alguns escapes, parece certo. A vida privada não a vai perdendo só o burguês, mas toda a gente.

No que tange ao exemplo, realmente tem razão a autora: dificilmente a burguesia de hoje é exemplo para alguém. E contudo, talvez esse veredito seja severo demais. Sempre poderá dizer-se que aquela burguesia que tem ainda exemplos a dar já não será burguesia, mas pela sua excelência ascendeu à aristocracia, a uma forma de aristocracia, desde logo a de espírito. Porém, são tudo conjecturas, e dependem das nomenclaturas adotadas. Sempre o velho problema da linguagem...

Além disso, não nos esqueçamos que, sendo as classes sociais "grupos de identidade que existem por causa dos contactos internos que a identidade torna possíveis"²⁹, e sendo as diferenças de classe "definidas por uma atitude de comparação que reconhece as diferenças qualitativas"³⁰, a classe social é sobretudo, no entendimento de Marshall "um fenómeno de construção cultural", existindo "em virtude das percepções e relações sociais que lhe são internas"³¹.

IX. Fundamentos do Público: Da Educação, Leitura e da Paz social

As ideias da autora da *Sibila* sobre a situação da educação em geral (que é condição da cidadania) também não são muito otimistas. Ela associa, e bem, educação e leitura. E traça um diagnóstico muito negativo, em que sublinha a falta social de

²⁵ *Ibidem*, p. 19.

²⁶ Cf., v.g., LEAL, Ernesto Castro — *República portuguesa, secularização e novos símbolos (1910-1926)*, "Revista da Faculdade de Letras - História", Porto, FLUP, III Série, vol. 11, - 2010, pp. 121-134.

²⁷ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 19.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ MARSHALL, T. H. — "Social Class - a Preliminary Analysis", in *Citizenship and Social Class and Other Essays*, Cambridge, Cambridge University Press, 1950, p. 110, *apud* BARBALET, J. M. — *op. cit.*, p. 88.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ BARBALET, J. M. — *Cidadania*, p. 88.

tempo para ler, que é uma vertente importante da questão, embora a outra seja a falta de indução social à leitura, desde logo na Escola e na Comunicação Social (para não falarmos na Família). Embora explicitamente enfatize mais a falta de tempo, na verdade, acaba a autora por tocar em aspetos desse problema da falta de valorização da leitura e dos hábitos de privacidade, degustação de ideias alheias, etc. (tudo isso seria uma espécie de cidadania privada, em muitos casos preparação da pública). Afirma Agustina:

"Ler exige recolhimento, uma ociosidade adequada, num gosto de anonimato que não se pode dizer que seja louvado. (...) Não há tempo para ler, a distância entre a casa e o emprego é cada vez maior (...) a leitura não é protegida numa sociedade comprimida entre livros de ponta e telenovelas. A sociedade não se organizou no sentido de fazer do leitor um património cultural. Aquele que lê modera as leis da imbecilidade, que é o mesmo que dizer as leis do mal."³² .

E muito especialmente: "Ler e educar são coisas inseparáveis. A leitura é um movimento ginástico em que participam o coração e o cérebro. E porque não as veias sujeitas à esclerose precoce?"³³

Na verdade, quase poderíamos fazer uma equação, fazendo depender a compleição da alma necessária a uma desenvolta e robusta cidadania de hábitos privados de leitura (e a inteligência e moderação a tal associados), porém induzidos pela apreciação social e o apoio público aos mesmos. Ao ponto de o leitor ser património? Sim. Sem dúvida. É património, e inestimável.

Mas não se trata, evidentemente, apenas de ler. Trata-se de ler bem e de ler boas obras (exemplos nossos: a Bíblia é uma excelente obra, contudo muito frequentemente mal lida. O mesmo se diria da Constituição, embora ela seja certamente muito menos citada). E para além de ler há que formar uma sensibilidade. De moderação, de capacidade de entendimento, de tolerância, de convivência. Não há uma verdadeira cidadania com cidadãos mal educados, mal dispostos, de dentes cerrados, todos na ágora a berrar os seus preconceitos, fruto das suas frustrações. Portanto, também não é apenas de participação que se trata. É de um certo tipo de participação. Uma participação com sentido construtivo, de entreajuda, não uma paz armada, sempre a caminho da guerra. Aliás, Agustina conhece bem a guerra, e sabe que as guerras se fazem para fingir sair das crises. Já em 2003 dizia que estávamos em tempos de guerra³⁴. Como se sabe, a guerra não é o melhor pano de fundo para o livre exercício da cidadania...

A outro propósito, cita Agustina a escritora francesa Simone de Beauvoir, muito adequadamente ao nosso ponto: "naquilo que se chama coragem eu não via senão uma cega leviandade"³⁵. É frequente a bravata, e há mesmo em certos círculos uma cultura do rompante, da violência, do pseudo-"fazer justiça pelas próprias mãos" que é fruto de falta de amadurecimento, de recuo, de olhar o mundo com um olhar segundo... ou terceiro.

X. Elementos de Religião Civil: Dos Heróis e dos Outros

Os heróis e a sua comemoração são elementos importantíssimos dos cultos pátrios, ainda que não oficiais. As "religiões civis" têm neles esteios de grande valor

³² BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 24.

³³ *Ibidem*, p. 25.

³⁴ *Ibidem*, pp. 95-96.

³⁵ *Ibidem*, p. 29.

simbólico. E não são só os líderes³⁶, são também outras figuras, do espetáculo ou das Letras.

Se os livros escasseiam e o comportamento de um cidadão leitor, há contudo o fado e houve a figura mítica de Amália. É um tipo especial de heroína, mas tanto o é que jaz no panteão nacional. Comentando o falecimento da cantora, Agustina mais uma vez nos brinda com um texto nada fácil. Como seria bom que ela tivesse desenvolvido, clarificando, alguma frases lapidares... Mas é esse o seu tom, o seu estilo: aforístico, se diria (e portanto uma mina de citações), e por isso necessariamente com algo, por vezes, de enigmático.

Fala-nos de uma "ética do aplauso", a que animaria o público³⁷. Por outro lado, o fado é apresentado como expressão aristocrática, protegida pela fidalguia, "fantasma duma elite vagabunda dos seus sonhos de glória"³⁸. Seria, então, um produto do sentimentalismo de corte para consumo também (pelo menos a partir de certa altura?) de massas? Podemos de algum modo admiti-lo. O mais importante, porém, parece condensar-se nestas duas passagens:

"O comportamento tradicional e o comportamento afectivo em relação ao fado é uma espécie de um compromisso de uma sociedade que faz dum acontecimento público um esforço para serenar os seus próprios sentimentos. Sentimentos em que predominam frustrações pessoais dentro de diversas ordens de realidade."³⁹

E se Agustina considera que Amália "tomou a proporção da essência política"⁴⁰, já não a considera símbolo ético. Ou seja, embora considere que ela "viveu inocentemente"⁴¹, não a eleva a paradigma de uma comunidade, ou seja, certamente também, exemplo de cidadania? Quase termina o seu texto dizendo: "Não vamos atribuir-lhe uma moral heróica, dessas que o mundo moderno tanto reclama como uma finalidade que não seja financiada pelo Estado."⁴²

Porquê? Porque teria sido lírica, boémia, perplexa e não tímida⁴³. E porque não teria saído nunca da esfera do espetáculo?⁴⁴

Estas considerações dão muito que pensar. Independentemente da figura de Amália, para além dela. Algumas das primeiras reflexões seriam as seguintes: será que alguém que se mantém no círculo da sua estrita profissão, apesar de eventuais aproveitamentos políticos da sua fama (apesar de si mesmo/a) poderá realmente exercer um trabalho útil de cidadania pública? É a nosso ver necessário que dê um ou outro passo mais. E sobretudo é preciso cuidado com esses aproveitamentos, que podem redundar numa cidadania negativa, numa anticidadania, se os poderes forem muito desagradáveis...

Por outro lado, será que a cidadania implica uma moral heróica? Não o cremos, sempre, nem para toda a gente. É necessária uma normalidade cidadã, seria o mais importante. Mas evidentemente que há situações extremas em que é necessária

³⁶ Cf., v.g., LEAL, Ernesto Castro / ZÚQUETE, José Pedro (orgs.) — *Grandes Chefes da História de Portugal*, Lisboa, Texto, 2013.

³⁷ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 34.

³⁸ *Ibidem*, p. 35.

³⁹ *Ibidem*, p. 34.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*, p. 35.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 34.

essa heroicidade. Não de todos, mas de apenas alguns. Pode-se ser um exemplo moral de cidadania sem heroicidade. Apenas cumprindo retissimamente o seu dever.

A mania da heroicidade, da santidade, do génio, e hoje da pseudo-excelência, da liderança, etc., têm concorrido para muitos males. Precisamos não de habitantes, populações, massas indolentes, amorfas, narcotizadas, sem ideias, sem ideais e sem ação na *Pólis*. Mas não podemos exigir de todos as mais excelsas virtudes. O máximo direito é a máxima injustiça, e as máximas exigências éticas ou cívicas podem redundar no seu contrário. Veja-se no que deu a lei seca...

Portanto, pode haver cidadania sem heroicidade. Ou, se preferirmos, com a quotidiana heroicidade do homem comum honesto e participativo. Porque há heroicidade na vida aparentemente comum de muitos. Os açoitados da sorte fazem de alguns um farrapo e de outros um exemplo. E mais ainda louvável se se decidirem a participar na coisa pública, apesar quantas vezes das agruras da sorte privada. Essa heroicidade privada seria cidadania privada, pois...

Há numa pessoa sábia como Agustina um interesse óbvio, dir-se-ia visceral (embora muito intelectual), pela coisa pública, mas, ao mesmo tempo, uma ordem de valores que nos parece colocar o privado, e em especial o familiar (e o individual, antes dele) em primeiro lugar. Chega mesmo a considerar que os portugueses não gostariam de teatro (e esse é um tópico antigo, mas não só dos portugueses⁴⁵), por o considerarem "um atentado à vida privada"⁴⁶.

Discorrendo sobre a perdição das democracias (ou a sua degeneração) Agustina começa por considerar que este regime é o mais difícil e que "acaba sempre no militarismo difuso que é o regime policial mais ou menos sofisticado"⁴⁷. É um início pesadíssimo para um ensaio. A análise da degenerescência democrática nas democracias clássicas, da Antiguidade, parece vê-la Agustina numa espécie de cidadania excessiva, quer dizer, cidadania pública muito geradora de violência por hipersuscetibilidade de uma dependência enorme da opinião pública (citarismos nós a instituição do ostracismo helénico), de par com a minimização da família⁴⁸. Ou seja, uma hipertrofia da cidadania (e da vida) pública com hipotrofia da cidadania privada e da vida privada em geral, certamente.

Curiosamente, apesar da dicotomia feita pela autora, não parece que os males das democracias hodiernas sejam muito diferentes: a começar pelo facto de as sociedades modernas não darem à família o lugar primordial, entre outros fatores, todos geradores de violência⁴⁹. É um texto para ser bem pensado e analisado.

Insiste bem a escritora no carácter cívico (e portanto também de cidadania, dizemos nós) de uma atividade aparentemente privada, como é o trabalho literário. Num apontamento sobre as eleições de 1980, *en passant* comenta que "O factor político não interfere no meu mundo cívico que é o trabalho". E brinda-nos com um pensamento que dá para meditar muito: "O pior e o melhor dos governos coincidem. Ambos encontram apoio nos hábitos, nos preconceitos e na educação do povo"⁵⁰.

Poder-se-ia dizer isso de todo o governo, mesmo os moderados, intermédios e medíocres? Ou apenas se pode dizer dos muito bons e dos muitos maus? Esta reflexão leva-nos a ponderar se a chamada constituição material será sempre um conjunto de

⁴⁵ Cf., v.g., BARISH, Barish – The Anti-theatrical Prejudice, Berkeley / Los Angeles / Londres, University of California Press, 1981.

⁴⁶ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 92.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 37.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Cf., mais desenvolvidamente, *Ibidem*, pp. 37-38.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 38.

aspirações e arreigados princípios populares, num sentido positivo, ou se também podem considerar-se como parte dela os preconceitos, os obscurantismos, os "defeitos" nacionais... Há uma ligação grande de um mau governo com esses vícios nacionais, e de um bom governo com as virtudes do seu Povo...

O termo do artigo é muito certo: "Não se fazem nações livres com pessoas infelizes"⁵¹. E o ter-se dito pessoas e não povos é sintomático. É que tudo parte do privado, do pessoal, do familiar, e da "educação" e modo de ser de cada um e das sociedades mais pequenas. É bom, é vital, um apoio, um incentivo geral estadual, social, mas de nada valerá se não tiver eco nos entes privados. A cidadania pública tem que ter como esteio a privada. E a felicidade geral depende da individual. Embora, evidentemente, no nosso modesto entender, a felicidade individual tenha também, pelo menos no mínimo de subsistência, uma enorme dependência das políticas públicas. A ideia de que o povo pobre é muito feliz é altamente discutível. É verdade que pode haver ricos *blasés* e mesmo corroídos por doenças da alma que os tornam verdadeiramente infelizes até ao infinito; mas se há felicidade nos pobres é apesar da pobreza, não por causa dela... Claramente e com coragem e rasgo de vistas afirma a autora d'A *Bíblia dos Pobres*: "Quem nasce pobre, tarde ou nunca se endireita. A imagem romântica da miséria atrasou cem anos um país pobre"⁵².

Aliás, é interessante como anda em subida (ou em alta) entre nós um certo desprezo que não queremos dizer (porque verdadeiramente o não é) nem elitista nem aristocrático pelo povo. É sim um desprezo em grande medida devido ao plebeísmo de algumas oligarquias. Ou seja, uma reação certamente em parte de complexo de osmose... Não sabemos... Quando Maria Antonieta diz que os pobres comam brioches acaso não há pão, são diversas as possibilidades interpretativas. Mas quando D. Maria Pia (de Sabóia) diz que "quem quer reis paga-os" parece já um ressentimento antipopular ou antirepublicano. Quase um pressentimento do que viria a seguir. E hoje diz-se pior, sem pose real sequer.

Agustina em uma dúzia de linhas surpreende a personagem de D. Maria que, segundo a autora, não encontrou nenhum escritor que a escrevesse. Curiosamente que Agustina não escreveu "que a cantasse", talvez por não achar que fosse a expressão apropriada.

A reflexão da cidadania sobre uma rainha que profere tal frase parece-nos óbvia. Para que é necessária uma rainha que risca com um anel os vidros das janelas, é vaidosa, se aborrece, e quer luxos, que acha que a sua condição real por natureza merece? Não é sequer uma questão de opção por regime político. Porque de há muito se sabe que os reis (mesmo antes das monarquias constitucionais) têm (devem ter) uma função não meramente decorativa (e dizer simbólica pode ser uma forma eufemística de o pensar), e não servem apenas como faustosos luxos das nações. Vários velhos brocados o atestam: *Qui recte faciet, non qui dominatur, erit rex*⁵³. *Principes non sunt qui sceptrum ferunt, sed qui regere sciunt. Rex eris, si recte facies. Rex eris, si recte facis, si autem non facis, non eris. Rex erit qui recte faciet, qui non faciet non erit.*

Depois de Amália, outro mito nacional: Camões. Agustina não vai realmente de forma acrítica em procissões fúnebres ou comemorativas, procurando tudo pesar na sua balança própria. Não regateia o preito da admiração: mas só na sua conta, peso e medida, passado pelo devido crivo crítico.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*, p. 84.

⁵³ AUSÓNIO — *Opuscula*.

Apesar do uso oficial de Camões pelo Estado Novo, que para alguns ainda estará vivo, não podemos esquecer que o republicanismo muito aproveitara também o centenário de Camões, que contrastava com o humilhante ultimato britânico⁵⁴. A democracia da II República teve períodos de altos e baixos, mas em geral cremos que está a esquecer o vate. Num concurso lançado pela televisão sobre o maior português, embora Camões tenha ido a votos, ficou atrás de Salazar e de Álvaro Cunhal, ambos demasiadamente contemporâneos, e ambos políticos... Camões ficaria em quinto lugar, com escassos 4%, tendo o primeiro votado 41%, o que é impressionante e preocupante numa democracia. Isso diz muito também da educação histórica em geral, que é pilar da educação política e da cidadania.

Agustina, apesar de considerar que Camões deveria ser divulgado como poeta "a tempo inteiro"⁵⁵, considera *Os Lusíadas* uma obra não de inspiração, mas de encomenda política: "(...) um trabalho comandado por uma facção que pretendia transferir a tutela do P.e Gonçalves da Câmara para o consulado dos Távoras e dos Silvas."⁵⁶

Escrevendo em 1980, Agustina diz que "agora" se faria de Camões "um fetiche político e cultural"⁵⁷. Não nos demos muito conta senão de uma certa crítica anti-imperialista, anti-colonialista e afim, nos inícios da revolução dos cravos, numa sua fase mais extremista. Depois disso, talvez a nossa desatenção às propagandas não tenha dado muito por um verdadeiro aproveitamento ideológico. De qualquer modo, no caso português, parece importante determinar se fazemos ou não as pazes com Camões, como diria Leonardo Coimbra: "Faça cada português as suas pazes com Camões e de novo, no Infinito, radiosa e feliz, a Pátria há de sorrir"⁵⁸.

Fazer as pazes com Camões numa perspectiva de cidadania e hoje (depois de todas as desconstruções e de os pensadores da suspeita e os escândalos do presente irremediavelmente nos terem tornado a quase todos muito desconfiados) seria quiçá entendê-lo na sua ambivalência, na sua complexidade. Como já Hernâni Cidade o terá começado a fazer⁵⁹. Acresce que que são aqui também indispensáveis particularmente os estudos de Aguiar e Silva⁶⁰...

É certo que os heróis normalmente são inteiriços, de uma só peça. Mas no caso de Camões, será que vamos continuar a apostar num qualquer unilateralismo, que ou o endeusa ou o execra? Agustina dá-se conta de que a verdade histórica também pode ter que dialogar (no mínimo) com uma verdade simbólica:

"Mas também é certo que a verdade histórica não é comunicativa nem tranquilizante: pelo que se não deve exagerar em ser verdadeiro, excepto se nisso houver algo de inimitável."⁶¹

⁵⁴ Cf., v.g., RÊGO, Raúl — *História da República*, vol. I. *A Ideia e a Propaganda*, 2.^a ed., Lisboa, Âncora, 2013, p. 173 ss..

⁵⁵ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 41

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁸ COIMBRA, Leonardo — *Camões e a Fisionomia Espiritual da Pátria*, Separata de Camões, Discurso pronunciado no Teatro Águia de Ouro, 10 de junho de 1920, Porto, Por Bem (?), 1920, *online*: <https://github.com/antoviaque/language/blob/master/gutenberg/orig/32789-8.txt> (consultado a 1 de janeiro de 2015). São as palavras finais do discurso.

⁵⁹ *Inter alia*, v. CIDADE, Hernâni — *Luís de Camões: O Épico*, 3.^a ed., Lisboa, Presença, 2001.

⁶⁰ Cf., especialmente, AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de — *Camões: Labirintos e Fascínios*, Lisboa, Cotovia, 1994; Idem (coord.) — *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Caminho, 2011.

⁶¹ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 42.

XI. *Dos Mitos e do Ethos nacional*

Ao longo da História de um Povo há necessariamente mitos, que numa das suas vertentes são inverdades com um sentido transcendente, e há mesmo mentiras, mais ou menos piedosas⁶². O milagre de Ourique teve a sua polémica, e também não se podem esquecer as apócrifas atas das Cortes de Lamego⁶³. As quais, dizem a verdade mentindo, ou seja, estabelecem com um facto histórico que se provou ter sido forjado, uma verdade histórica da alma nacional (ainda hoje vigente), parte da Constituição material: em resumo, que não pode, pela determinação anímica do Povo, mandar em Portugal soberano estrangeiro. Ambos os casos fazem parte das nossas narrativas das origens, fundadoras, constitutivas do Estado. E acreditando no mito, muito morreram de armas na mão, para que a independência fosse realmente preservada. E como se sabe da União pessoal no tempo dos Filipes, não basta uma independência de direito. É preciso que ela o seja de facto.

Da História diz também sabiamente a autora, aliás num texto de forma e fundo muito modernos: "A história é um sistema aberto de sentidos possíveis e que toca numa pluralidade de significados, conforme a nossa cultura os descobre e os necessita"⁶⁴. Sim, e a nossa cidadania é capaz de os evocar, de os atualizar, de os utilizar como matéria simbólica, exemplar, etc..

Mas Agustina, insistindo em não se dizer nem de direita nem de esquerda⁶⁵ (o que para grande maioria das pessoas de esquerda quererá significar que é de direita, como desde logo sublinhou o "radical" moderado Alain, que certamente para alguns mais extremistas terá sido um burguês de direita, também⁶⁶) não é muito otimista nem quanto às características do povo (ao *ethos* nacional, se diria⁶⁷), nem quanto, em geral, às possibilidades de uma boa política.

Este retrato não é muito agradável, para a matéria prima com que criar bons cidadãos. Felizmente, noutros países, homólogos escritores certamente não dirão coisas muito diferentes. Sentencia a autora:

"(...) país em que toda a aspiração parece ser a vanglória e em que o orgulho almoça com a abundância e janta com o desprezo"⁶⁸.

Ou então:

"O português é dissimulado, e fez da inveja um discurso do bom senso e dos direitos humanos"⁶⁹.

⁶² Sobre os vários sentidos do mito, e especialmente do político, GIRARDET, Raoul — *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Seuil, 1986.

⁶³ Cf. o nosso artigo *La Polémique du premier Manuel d'Histoire du Droit Civil Portugais, de Mello Freire. Suivant le Manuscrit de son critique, António Pereira de Figueiredo*, in "Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno", 23 (1994), p. 487 ss.

⁶⁴ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 44.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 67.

⁶⁶ Sobre essa oposição binária, cf. o nosso livro *Repensar a Política. Ciência & Ideologia*, 2.^a ed., revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2007.

⁶⁷ Para mais desenvolvimentos, v. o nosso artigo *Repensar Portugal — Diálogos sobre Identidade e Atraso*, in "International Studies on Law and Education", vol. 9, p. 5 ss., 2011.

⁶⁸ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 46.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 68.

É a própria perversão dentro de elementos de um discurso e de uma ação de cidadania...

Do mesmo modo, o português não é legalista: "Não gosta da lei, porque ela desvaloriza a sua própria iniciativa."⁷⁰. Neste domínio, porém, uma coisa corresponde a uma atenuante, pois é

"(...) um homem de paixões moderadas pela sensibilidade, o que faz dele um grande civilizado"⁷¹.

Não se identificando, cidadania e civilização confluem. Será pela moderação da sensibilidade e pela sua aculturação civilizada que se terá certamente que trabalhar a cidadania portuguesa, contando com todos os seus calcanhares de Aquiles...

XII. Público vs. Privado. Da Política, dos Governantes e dos Governados

No que se refere à política, Agustina também é pessimista (os catalogadores costumam também dizer que o pessimismo antropológico é de direita: será este pessimismo tão pessimista que chegue a ser antropológico? não nos custaria admiti-lo, porque é uma posição que parece muito de princípio). Assim, comenta a autora d'*O Princípio da Incerteza*:

"Eu não creio nas boas soluções em política. Creio nas boas combinações para governar. (...) Não creio também no grande sucesso, nem na política nem em nada (...) "⁷².

Além de muito certamente explicar que, em política, é necessário mudar com alguma frequência para se continuar fiel às ideias próprias. Nomeadamente apoiar candidatos (pelo menos aparentemente, diríamos nós) muito diferentes⁷³. E mesmo os princípios parece que teriam que mover-se (no que temos, contudo, mais dúvidas, pessoalmente):

"(...) en política los principios son como el agua de los ríos. No matan sólo cuando corren; de otro modo, se quedan estancados y nos envenenan"⁷⁴.

Realmente, muito mais importante que a fidelidade à ideia que os outros fazem de nós, por nos reputarem desta ou daquela banda política, é a fidelidade às próprias ideias. E para conseguir ficar nas mesmas ideias (com a ressalva da liberdade e da inteligência de se poder mudar, se efetivamente os factos ou um repensar sério nos levar a alguma mudança), mesmo para apenas ficar no mesmo lugar, com a vertigem da mudança dos atores políticos, é preciso muitas vezes mudar. Porque tudo muda. E depressa demais, e profundamente demais. Sem que se veja benefício dessa mudança as mais das vezes. Estas reflexões últimas são nossas: por elas poderíamos ser apelidado de conservador, tradicionalista ou mesmo reacionário. O que são os

⁷⁰ *Ibidem*, p. 69.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*, p. 50.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 89.

rótulos. Por outras coisas nos poderão colar rótulos bem diversos. É por isso necessário o maior cuidado nas catalogações políticas a partir de *clichés*. Agustina também se preocupou com as catalogações ideológicas e procurou sacudir os apodosos reducionistas⁷⁵. Mas independentemente de catalogações, Agustina exerce sempre o seu olhar crítico, dir-se-ia clínico, sobre a coisa pública. E não é otimista, procurando ser realista, como quem disseca.

Vê com clareza o curto-circuito do poder com a cidadania. Ou com a sua falta, ou *déficit* democrático.

Por um lado, observa a distância dos governantes face aos governados (problema que obviamente se não resolve com medidas copiadas de outros países e / ou mais ou menos folclóricas, dizemos nós: alguns, em cada país, vêm numa solução institucional política de outro a grande panaceia para os seus males - questão é que a maioria das pessoas não sabem Direito Constitucional Comparado). O isolamento face ao Povo e o resolver as situações de poder de costas para ele é a grande desgraça do governante. Diremos nós, é o governante como desgraça. Assim comenta a escritora, inspirada em observações de Commynes, nas suas *Memórias*:

"Aquilo que podemos chamar desgraça dos dirigentes é a sua desconexão com a massa popular. A democracia acaba em fachada sonsa de uma pequena festa oligárquica; os partidos, produzidos por uma composição de afinidades e sentimentos de grupo restritos, decidem sem a intervenção do povo (...)"⁷⁶.

Trata-se, assim, de um "sistema" (*lato sensu*), de uma estrutura, de uma malha que, por pouco participativa e por deficitária nos mecanismos de comunicação (digamos, "ascendentes", povo - governo; porque os descendentes funcionam até em exagero), tem (por definição) evidente *déficit* de cidadania. Ainda que a militância partidária possa ser, pelo menos nas "bases", uma forma de exercício da cidadania, Agustina parece não ignorar a *lei de bronze da oligarquia*⁷⁷, que impregna todas as estruturas de poder, a começar pelos partidos políticos. Ou seja, a cidadania tem também que atravessar os partidos, e não contentar-se com a sua simples existência, que é pequena legitimidade democrática e parco empenhamento cívico. Partidos são *conditio sine qua non*, é certo. Mas não suficiente.

Por outro lado, as tendências contrárias à clássica democracia participativa também não se revelam suficientes para superar as dificuldades de representação, e podem mesmo tornar-se ovo de serpentes autoritárias ou totalitárias. Por exemplo, o referendo, que aparentemente seria a mais direta e portanto mais pura das democracias, pelos exemplos que se têm visto, é polarizador de extremismos e não de soluções moderadas. Só funcionaria bem em sociedades de anjos, e, desde logo, sociedades com partilha igualitária da informação, da educação e do discernimento.

Afirma a autora de *Embaixada a Calígula*:

"A democracia direta tem inconvenientes graves num país cuja politização se limitou a uma dinamização efémera dos poderes locais,

⁷⁵ Por ex., *Ibidem*, p. 42, p. 50, p. 67, etc..

⁷⁶ *Ibidem*, p. 26. Vale a pena ler e meditar tudo, que não podemos citar aqui, *brevitatis causa*.

⁷⁷ MICHELS, Robert — *Political Parties. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy* (1962), trad. cast. de Enrique Molina de Vedia, *Los Partidos políticos. Un Estudio Sociológico de las Tendencias Oligárquicas de la Democracia Moderna*, 2 vols., Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1996.

com todos os vícios da confabulação e do terrorismo verbal. Com isto, o povo não pôde de facto integrar-se no corpo social e tomar consciência da sua responsabilidade⁷⁸.

É nada mais nada menos que a falta de cidadania pública que aqui se diagnostica. Uma quase impossibilidade de participação. Voltando à análise de Barbalet, que estamos de algum modo a ler em paralelo:

"Por outras palavras, os que são desfavorecidos pelo sistema de classes não podem participar, na prática, na comunidade da cidadania à qual legalmente pertencem como membros. Esta impossibilidade é dupla, porque nestas circunstâncias os direitos de cidadania apenas formais não podem influenciar os condicionalismos que tornam a posse da cidadania ineficaz, se não inútil⁷⁹.

XIII. Da Cidadania, do Público e do Privado: Ensaio de Conclusões

Comentemos nós de novo, por nossa conta e risco apenas. Realmente não há contradição nenhuma em querer a máxima cidadania privada (e os máximos direitos para a privacidade) e desejar uma sólida e ativa cidadania pública (e os máximos direitos do particular na ágora, que são direitos democráticos, mas são desde logo direitos de um simples Estado de Direito). Não há contradição, há complementaridade. Só a robustez do privado se contrapõe ao potencial totalitarismo do público. Só a solicitude social pública pode contrabalançar os eventuais excessos egoístas de alguns particulares, que se imporiam sem lei sobre outros, mais fracos, caso não houvesse uma malha pública geral de proteção, que deveria ser, antes de tudo, o Direito *tout court*, mas que não passa também sem a Justiça Social, que encontrou a sua concretização não no Estado totalitário ou mesmo Estado Providência *factotum*, mas no Estado (democrático de direito) Social, sobre o qual cada vez é maior a quase unanimidade ideológica, com apenas a pequena excessão dos teólogos do mercado mais fanáticos⁸⁰.

Voltando a Agustina. A autora, que defende a intimidade, a privacidade, a família, o recato mesmo, que descrê da fama e das soluções ideológicas, fazendo jus ao seu tipo de sabedoria, quase mítico, não deixa de sentir o vibrante apelo da Pátria, que é o máximo produto social até hoje alcançado (já que a Europa, que poderia ser a grande Pátria, parece estar suspensa das contas públicas, e ainda não soubemos criar uma Lusofonia verdadeiramente afirmada no Mundo). Há evidentemente a Humanidade, mas está infelizmente longe demais para a maioria.

Ora a Pátria parece clamar por empreendimentos também públicos, sociais, comunitários, que polarizem, que agreguem os individualismos e os transmutem em solidariedades. Um desses empreendimentos, que podendo não ser estatal seria sempre social, era uma escola de pensamento português, na qual vislumbramos também não poucos elementos de cidadania. Desde logo por existir, e existir é resistir. Não esqueçamos que a cultura lusófona é uma cultura em grande medida em perigo⁸¹. Diz assim Agustina:

⁷⁸ *Ibidem*, p. 71.

⁷⁹ BARBALET — *Cidadania*, p. 13.

⁸⁰ Cf., por todos, as sábias reflexões de MOREIRA, Adriano — *Memórias do Outono Ocidental. Um Século sem Bússola*, Coimbra, Almedina, 2013, máx. p. 371-372, que vale a pena meditar.

⁸¹ Já não é de agora. Retirando a "cor epocal", é certamente útil reler FREYRE, Gilberto — *Uma Cultura Ameaçada e Outros Ensaio*, nova ed., Recife, Fundação Gilberto Freyre, 2010.

"Portugal não precisa de mudar. Precisa de se encontrar. Assim como Sagres teve uma escola náutica em tempo oportuno, deveria haver hoje uma escola de pensamento que reflectisse uma cultura portuguesa, como unidade de estilo e sensibilidade a novas perspectivas cívicas e humanas."⁸²

E é ainda a nosso ver a falta de cidadania pública, decidida e de rasgo, que parece deplorar a escritora, em palavras assumidamente tidas como amargas, e que entrosam, como deve ser, cidadania (ou deficiência dela) e educação (ou sua debilidade):

"Tenho medo de um continente bem educado, dum Portugal em surdina. Acho que devemos falar alto quando é preciso e não só quando isso é ofício e nos pagam para desconfiar e criar atritos. Falta ao país uma forma ((força?)) de vontade da ingratidão, que é descarrilar da subserviência. Gente mais cómoda nunca vi, nas grandes queixas; e mais incómoda nas pequenas lamúrias; e mais dependente de destino pequeno, como é fazer fortuna com lotarias e bênçãos variadas. Quem educa um povo não o emenda, só pode confessar-lhe os pecados"⁸³.

Esta comodidade do povo para umas coisas e inconformismo fora de sítio para outras só nos recorda, *mutatis mutandis*, as reflexões do amigo de Rabelais, La Boétie, no seu *Discurso da servidão voluntária*. São palavras amargas de ouvir ou de ler:

"O povo ignorante sempre foi assim. Perante o prazer que honestamente não pode atingir, é aberto e dissoluto, e face ao agravo e à dor que honestamente não deveria sofrer, é insensível"⁸⁴.

Estes esparsos pensamentos de Agustina, recolhidos a partir de uma obra já de si de recolha de notas avulsas, denotam uma recorrente preocupação da autora com problemas da *pólis*, e vistos numa perspectiva que não hesitamos em considerar cidadã. Não se trata, obviamente, da visão do militante ou do político profissional, mas do honesto, digno e altivo Cidadão. No caso, do velho burgo do Porto, esse em que nobres não podiam ter pouso mais que um par de dias. Talvez por isso esta subtil referência, em 1982, à unificação das medidas de capacidade, por lei de D. Sebastião, igualando todas "pelo padrão de Lisboa"⁸⁵. E porque cidadania também é anticentralismo: "O meu reino é o da fantasia e espero para 1983 a revogação dessa Lei"⁸⁶. Obviamente, será apenas uma metáfora...

Este livro de pensamentos de Agustina parece-nos deveras enriquecedor para uma leitura serena e não politicamente correta da cidadania. Na verdade, ao contrário dos que falam para o público político / mediático, Agustina parece ter sempre falado apenas consigo mesma, e por isso consegue estabelecer com quem pense um diálogo muito mais fecundo. Ela não pretende agradar, mas afirmar o que cogita e sente. É

⁸² BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 90.

⁸³ *Ibidem*, p. 97.

⁸⁴ LA BOÉTIE — *Discours de la servitude volontaire*, trad. port. e prefácio de Manuel João Gomes, *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, p. 44.

⁸⁵ BESSA-LUÍS, Agustina — *Op. cit.*, p. 61.

⁸⁶ *Ibidem*.

uma enorme vantagem sobre tantos que se sentem obrigados a dizer o que pensam ser a opinião aplaudida (ou aplaudível) pela massa.

A cidadania necessita, naturalmente, de ações de massas, mas antes delas é vital que se forme o cidadão. E o cidadão já o é no silêncio da sua casa e da sua consciência, que devem ser invioláveis. E como que o *habitat* natural para uma formação que depois se vai caldeando no convívio social exterior, na cidadania pública. A pessoa afivela publicamente a máscara (*persona* é a máscara no teatro grego) social, mas antes da pessoa pública está o indivíduo, não o do individualismo possessivo (que esse parece decorrer de um vício de ganância: vício privado mas também com dimensão pública)⁸⁷, mas o do *cogito* cartesiano: o indivíduo pensante.

A cidadania é a presença ativa e amadurecida na Pólis do indivíduo que pensa e quer agir solidariamente em conjunto com outros sujeitos dos mesmos objetivos imbuídos, e com a mesma educação (ou similar). Por isso, a cidadania (obviamente a boa cidadania, porque má cidadania seria uma *contradictio in terminis*) depende:

1) *Da educação* dos indivíduos, de cada indivíduo e dos povos em geral, para a cidadania, para o direito e os direitos humanos, em especial, e ainda, em geral, da educação *tout court* (e da cultura geral, e especificamente da cultura de cada país e área cultural). Esta educação é um fenómeno dialético entre cidadania pública e privada, porque para ela terão de concorrer fatores de um e de outro tipo.

2) *Da vontade sociável solidária*, altruísta, fraterna. Esta vontade parte da cidadania privada para desaguar na pública. Mas é apenas um impulso, o impulso de sair da condição de espectador consciente para o de agente social.

3) *Da ação cidadã*. A ação cidadã, que se manifesta na participação social e política aos diversos níveis é o culminar do processo: nunca será esclarecida se não repousar solidamente sobre uma educação sólida, e uma vontade solidária (e vice-versa). Se se basear nos seus opostos, será, pelo contrário, um desastre de anticidadania: imagina-se facilmente o que seja a ação egoísta de um agente político não educado e inculto. Essa a raiz, aliás, de muitos problemas...

Recebido para publicação em 15-01-15; aceito em 16-02-15

⁸⁷ MACPHERSON, C. B. — *The Political Theory of Possessive Individualism*, Clarendon Press, Oxford University Press, 1962.